

# Democracia à brasileira

O Tesouro Nacional teria de gastar, no próximo ano, R\$ 22,1 bilhões só para custear as emendas ao Orçamento propostas no Congresso, se todas fossem aprovadas e convertidas em despesa efetiva. O festival de emendas, uma tradição dos parlamentares brasileiros, parece ter sido mais animado neste ano. Em 1998, as propostas somaram R\$ 14 bilhões. O entusiasmo, segundo reportagem do **Estado**, pode explicar-se pela preocupação com as próximas eleições municipais. Políticos, partidos e bancadas procuram reforçar, com inclusão de gastos no Orçamento, sua imagem perante o eleitorado das bases. Tudo isso, dirão alguns, faz parte da rotina democrática. Não há por que lamentar o empenho dos parlamentares em favorecer suas áreas de origem. Nos Estados Unidos, emendas de interesse local ou clientelístico têm um nome especial: "pork barrel", uma forma pitoresca de indicar toda a miuçalha introduzida na programação de gastos. No caso brasileiro, além disso, nem todas as propostas são aprovadas. O relator-geral do Orçamento, deputado

Carlos Melles, deve aprovar emendas no valor de uns R\$ 4 bilhões. Dessas, nem todas sairão do papel, porque a liberação das verbas depende do Executivo. Então, bastam essas observações para liquidar o assunto? A questão não é tão simples.

Para começar, o Orçamento-Geral da União, no Brasil, é muito rígido. A maior parte da receita é vinculada a certas destinações. Parte é transferida a Estados, municípios e regiões. Parte é amarrada a gastos obrigatórios em educação e saúde, nem sempre com a utilização mais eficiente. Parte, muito importante, é destinada ao gasto com pessoal, ativo e aposentado. Esta fatia é dificilmente comprimível, exceto pela desvalorização real dos salários e pensões. Mas, se a inflação for baixa, como deseja qualquer pessoa sensata, essa desvalorização será pequena. Acaba sobrando uma parcela muito modesta para outras despesas de custeio e para investimentos. De janeiro a setembro a receita do Tesouro foi de R\$ 119,55 bilhões. Descontadas transferências constitucionais, despesas com pessoal e encargos sociais e gastos com abono e seguro-de-

semprego, sobraram R\$ 28,5 bilhões. Desta quantia, boa parcela foi aplicada no funcionamento da administração. Só um resíduo foi usado com alguma liberdade.

No Brasil, portanto, parquialismo e clientelismo têm um custo social muito maior que em países desenvolvidos: os recursos públicos são muito mais limitados e as carências, muito maiores. Pulverizar as poucas verbas disponíveis é gastar com pouca eficiência, contribuindo para perpetuar a pobreza e atraso do país.

É preciso desfazer uma perigosa confusão. O governo democrático pressupõe, de fato, a discussão pública dos projetos e a participação dos parlamentares nas decisões. É a maneira de resolver publicamente o uso de recursos públicos. É essa uma das funções principais dos parlamentares. Ou, pelo menos, assim deveria ser entendida sua missão. Transformar em picadinho a parte "livre" do orçamento é realizar exatamente o contrário dessa tarefa. Quando recursos federais

são empregados em projetos clientelísticos, privilegiam-se interesses paroquiais e nega-se a própria noção de Estado nacional. Qualquer gasto da União, pode-se argumentar, sempre beneficiará pessoas e grupos nos municípios, Estados e regiões. É verdade, mas há toda a diferença do mundo entre uma visão nacional da necessidade desses gastos e uma percepção regional, local ou corporativa.

A prática de estraçalhar as verbas federais, nesta época do ano, é uma consequência natural e inevitável do sistema de poder no Bra-

sil. Esse sistema é caracterizado por bancadas estaduais, regionais e corporativas muito mais influentes do que os partidos. Assim é, dirão os mais conformados, ou mais beneficiados, a democracia à brasileira. Que seja a forma brasileira de governar democraticamente ninguém discute. Que seja um procedimento adequado a uma democracia é discutível. Não se mudará esse quadro sem a reforma política.

**Discutir os gastos é parte da democracia. Retalhar as verbas é aberração**